

**ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL REFERENTE PREGÃO
PRESENCIAL Nº07/2017-PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº540/2017.**

Aos 26(vinte e seis) dias do mês de abril de 2017, as 08:30h reuniu-se a Pregoeira e sua Equipe de Apoio designados pela Portaria nº5.123 de 03 de maio de 2016, com o intuito de analisar e julgar a impugnação do Edital do Pregão Presencial nº07/2017, Processo Administrativo 540/2017 cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇO ESPORÁDICO PARA GRUPOS ORGANIZADOS E TRANSPORTE ESCOLAR**, apresentada pela empresa VILMAR OSINSKI ME.

O presente procedimento licitatório, conforme previsão do Edital, em preâmbulo, tem como fundamentos legais a lei nº8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações subsequentes. Considerando que a Lei nº10.520/2002, não trata das hipóteses de legitimidade para apresentação de impugnação a editais, impõem-se a aplicação subsidiária da Lei Federal nº8.666/93.

O Art.41 da referida lei prevê como legitimados a impugnar o Edital de Licitação: o cidadão(§1º) e o licitante(§2º).

§1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§-§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

O documento de impugnação apresentado traz como impugnante a empresa:

-VILMAR OSINSKI ME, CNPJ/MF nº25.238.391/0001-08, tendo como representante legal o proprietário Senhor Vilmar Osinski.

Diante disso, será considerado como ato impugnatório oriundo do LICITANTE, enquadra-se no que legisla o §2º, do Art.41, da Lei 8.666/93, que prevê o prazo de 02(dois)dias úteis anteriormente a sessão, o que, verifica-se ter sido atendido, já que os documentos foram protocolados em 25/04/2017, portanto terceiro dia útil anterior a sessão, prevista inicialmente para o certame, qual seja, 28/04/2017.

Portanto a presente impugnação será recebida, sendo considerada TEMPESTIVA.

FOLHA Nº
529

ALEGAÇÃO DO IMPUGNANTE:

"- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

No Edital da Licitação supramencionada, ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se a mesma com a exigência formulada no item nº7.1.2...e), que vem assim direcionada.

e)Registro como veículo de passageiro.

Sucede que tal exigência impede interessados apenas no Roteiro 02 (Transporte Escolar Municipal) do Objeto, possam participar do certame..."

DA CONCLUSÃO:

Na oportunidade solicitamos ao responsável pela elaboração do Edital que :

01) Que se analise a alteração do texto da cláusula 7.1.2 alínea "e", dando nova redação contendo a exigência apenas para o item 1 que envolve transporte intermunicipal, ou remoção da exigência do edital se considerar necessário;

02) Verifique e retire do Parágrafo 1º, onde consta "objetivando o registro de preços dos itens descritos no anexo I deste edital, processando-se essa licitação nos termos..., Decreto Municipal nº 1.134, de 01 de fevereiro de 2011, Decreto Municipal nº 1.611, de 05 de janeiro de 2015"; pois referem-se ao Registro de Preços, visto que este é um Edital de Pregão Presencial que não objetiva o registro de preços;

03) Também solicitamos que se verifique o item 7.1.3 da Regularidade fiscal, quanto as Certidões, alíneas b), c), d) e e), que se dê adequada redação.

Como resta demonstrado, a alteração do Edital é medida que garantira a legalidade da licitação, possibilitando a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VERA CRUZ/RS** selecionar a proposta mais vantajosa para cada um dos serviços contratados, assim como manter a legalidade do certame e do futuro contrato administrativo, através da correção das incoerências aqui apontadas. Ante o exposto, a fim de garantir o caráter equânime e competitivo da licitação, bem como a aplicação dos princípios da legalidade e da justa competição, requer a alteração do edital.

Esta Pregoeira acolhe as presentes razões, para a impugnação deste Edital, com efeito suspensivo, de acordo com a legislação vigente.

Diante das alterações acima no Edital do Pregão Presencial nº 07/2017, destinado à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇO ESPORÁDICO PARA GRUPOS ORGANIZADOS E TRANSPORTE ESCOLAR**, a Equipe de Pregão está **REAGENDANDO** a presente licitação para 14:00h do dia 12/05/2017, sexta-feira. Ademais, providencie-se as devidas publicações com a nova data do certame.

A decisão desta Pregoeira e sua Equipe de Apoio está baseada na legislação vigente.

FOLHA Nº
53/52

Marlise Marci Grutzmann

Pregoeira Presença

Marlise Marci Grutzmann
Auxiliar Administrativa
CPF: 935.565.510-04

Edina Cristina Lenz Smilewski

Equipe de Apoio

Carla Raquel Adams Osinski

Equipe de Apoio

Sra. Pregoeira:
Estou de acordo com a decisão de
V.sra. e equipe que acatou a impugna-
ção.

Opino que seja copiada a ata de julga-
mento para os autos principais de nº
540/2017 e remetido os mesmos para o Sr.
Secretário de Administração para as
providências de alteração do edital.

Em 26-04-2017.

Jair Darlei Benke

Bel. Jair Darlei Benke
Assessor Jurídico
OAB/RS 50.295
CPF 384.925.550-68